

O IMPACTO DA NOVA DIREITA NA POLÍTICA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO: CONSEQUÊNCIAS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Misael Silva Goes de Souza¹

Yuri Medeiros Lustosa Prado²

RESUMO

A Amazônia ocupa uma posição de destaque tanto a nível nacional quanto internacional, principalmente no que tange às questões ambientais. Entretanto, nos últimos anos, a realidade da Amazônia tem sido marcada pelo crescimento de diversos processos exploratórios e pela crescente interferência humana, desafiando a preservação ambiental da região, ao passo que altera significativamente sua dinâmica natural. Diante desse cenário, o presente artigo propõe uma análise das políticas ambientais adotadas pelo governo Bolsonaro (2019-2022), investigando a relação entre a ascensão do movimento da Nova Direita e as decisões tomadas durante esse período governamental por meio de uma investigação qualitativa embasada na análise de bibliografias e referências pertinentes à temática. Este artigo busca não apenas compreender as consequências das políticas que foram adotadas, mas também projetar perspectivas futuras, considerando a vitória de Lula nas eleições de 2022 e as suas implicações para a conservação do meio ambiente na Amazônia. Torna-se evidente que a ascensão da Nova Direita teve um papel significativo na eleição de Bolsonaro e na condução de políticas ambientais controversas, caracterizadas por uma abordagem negligente e irresponsável em relação à preservação da Amazônia. No entanto, com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, há a expectativa de uma mudança de curso visto que Lula, historicamente mais comprometido com a proteção ambiental, pode oferecer uma nova perspectiva para a conservação da Amazônia e para a promoção de políticas mais sustentáveis.

Palavras-chave: Amazônia; Bolsonaro; Nova Direita; Políticas Ambientais; Lula.

ABSTRACT

The Amazon occupies a prominent position both nationally and internationally, especially with regard to environmental issues. However, in recent years, the reality of the Amazon has been marked by the growth of several exploratory processes and increasing human interference, challenging the region's environmental preservation, while significantly altering its natural dynamics. Given this scenario, this article proposes an analysis of the environmental policies adopted by the Bolsonaro government (2019-2022), investigating the relationship between the rise of the New Right movement and the decisions taken during this government period through a qualitative investigation based on the analysis of bibliographies and references relevant to the topic. This article seeks not only to understand the consequences of the policies that were adopted, but also to project future perspectives, considering Lula's victory in the 2022 elections and its implications for environmental conservation in the Amazon. It becomes evident that the rise of the New Right played a significant role in Bolsonaro's election and in the conduct of controversial environmental policies, characterized by a negligent and irresponsible approach to the preservation of the Amazon. However, with the return of Luiz Inácio Lula da Silva to the presidency, there is the expectation of a change of course as Lula, historically more committed to environmental protection, can offer a new perspective for the conservation of the Amazon and the promotion of more sustainable policies.

Keywords: Amazon; Bolsonaro; New Right; Environmental Policies; Lula.

INTRODUÇÃO

A Amazônia destaca-se como a maior extensão contínua de floresta tropical do planeta, representando uma das mais vastas e ricas regiões em termos de biodiversidade global, cobrindo a maior parte da Bacia Amazônica na América do Sul. Abrangendo aproximadamente cerca de 6,5 milhões de km², ela inclui territórios pertencentes a nove países, como a Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, sendo 60% da floresta contida dentro do território brasileiro.

No âmbito deste trabalho, iremos direcionar nossa atenção a um segmento específico da Amazônia brasileira, conhecido como Amazônia Legal. Este território corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), delimitada em consonância ao Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03 de janeiro de 2007. Ele abrange aproximadamente 59% do território brasileiro, perfazendo quase 367 milhões de hectares e engloba em sua totalidade nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A Amazônia Legal foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política de atuação da SUDAM, com a finalidade de promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional (IBGE, 2022).

Nesse contexto, é evidente que a Amazônia ocupa uma posição de destaque tanto a nível nacional quanto internacional, principalmente no que tange às questões ambientais. Ela desempenha um importante papel nas trocas de energia, umidade e massa entre a superfície continental e a atmosfera, fornecendo, assim, serviços ambientais fundamentais para a manutenção do clima regional e global, tais como: o armazenamento e a absorção do excesso de carbono na atmosfera, a ciclagem de água e o transporte de gases traço, aerossóis e de vapor d'água para regiões remotas (Rocha et al., 2004; Fearnside, 2005; Artaxo et al., 2005; Marengo, 2006; Malhi et al., 2008; Davidson et al., 2012). Entretanto, a realidade atual da Amazônia tem sido marcada pelo crescimento de diversos processos exploratórios e pela crescente interferência humana, desafiando a preservação ambiental da região, ao passo que altera significativamente sua dinâmica natural.

Diante disso, percebe-se que a questão ambiental no Brasil, nos últimos anos, ganhou uma crescente centralidade política, tanto pelo confronto entre distintos mun-

ganhou uma crescente centralidade política, tanto pelo confronto entre distintos mundos na fronteira de expansão territorial do capitalismo extrativo quanto pela evocação das desigualdades ambientais verificadas no espaço urbano-industrial (Acselrad et al., 2021). A Amazônia é considerada não somente uma potencial fonte de acumulação de capital e riqueza para os proprietários de empresas extrativistas, mas também para os líderes do setor agroindustrial brasileiro, revelando uma dualidade de interesses que urge a necessidade de preservação e de conservação desse bioma. Sendo assim, é inegável que a região amazônica se configura como um território de imenso valor, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental.

Dessa forma, deve-se ressaltar a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da “Agenda 2030” da Organização das Nações Unidas (ONU). Esses objetivos se constituem em uma série de ações globais que visam não apenas o fim da pobreza, mas também buscam advogar pela proteção do meio ambiente e do clima, assegurando, simultaneamente, que as pessoas ao redor do mundo possam desfrutar de paz e prosperidade (ONU, 2023). Contudo, a efetiva implementação dos ODS no âmbito nacional é altamente influenciada pelas escolhas políticas dos líderes no poder. Nesse sentido, este estudo focou na administração de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), buscando fazer uma análise das políticas ambientais adotadas pelo governo supracitado, investigando a relação entre a ascensão do movimento da Nova Direita e as decisões tomadas.

Com o intuito de proporcionar uma análise mais aprofundada, por meio de uma investigação qualitativa embasada na análise de bibliografias e referências pertinentes ao tema proposto, este artigo será estruturado em 4 seções distintas: (1) Introdução; (2) A Política Ambiental Brasileira, dividida em dois subtópicos: A Nova Direita e o Governo Bolsonaro; (3) Perspectivas Futuras; e (4) Considerações Finais. Essa estrutura permitirá uma compreensão mais clara da política ambiental adotada pelo governo Bolsonaro em relação à Amazônia, sendo possível investigar os impactos da ascensão do movimento da Nova Direita nas questões ambientais, buscando, também, projetar perspectivas futuras, considerando a vitória de Lula nas eleições de 2022 e as suas implicações para a conservação do meio ambiente na Amazônia.

A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

Desde a década de 1990, período caracterizado pela busca por uma compreensão

mais aprofundada do desenvolvimento sustentável e pelo avanço significativo em direção à globalização, particularmente no âmbito do comércio e da tecnologia, o Brasil desempenhou um papel ativo em fóruns internacionais, advogando em prol do desenvolvimento sustentável e defendendo os interesses dos países em desenvolvimento, mediante o comprometimento com políticas públicas que refletem a importância crucial das questões ambientais. Esse engajamento teve diversos marcos importantes, entre eles a participação brasileira na Cúpula da Terra, ou Rio-92, uma conferência global organizada pela ONU de 3 a 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, que reuniu diversos chefes de Estado com o objetivo principal de debater os problemas ambientais mundiais.

Contudo, em um cenário mais contemporâneo, observa-se que a abordagem ambiental do governo Bolsonaro se distanciou, consideravelmente, desse compromisso histórico do país. A sua política ambiental foi alvo de diversas críticas ao promover mudanças na estrutura governamental que resultaram em incentivos ao desmatamento, relaxamento das fiscalizações, facilidades na concessão de licenças ambientais e o enfraquecimento dos órgãos fiscalizadores, gerando impactos ambientais adversos (Silva, 2023).

Compreender a emergência e consolidação dessa nova orientação política adotada pelo governo Bolsonaro é crucial para analisar o impacto dessa mudança na sociedade brasileira, visto que essa transformação não é apenas um fenômeno interno, mas também está conectada a variáveis externas, refletindo a construção de uma “Nova Direita” no país e a redefinição da hegemonia política. Essa mudança de orientação política, caracterizada por uma guinada à direita, tem desmantelado muitas das conquistas ambientais que o Brasil alcançou ao longo do tempo, gerando sérias consequências para o meio ambiente que afetam não apenas o presente, mas também o futuro do país e do planeta (Silva, 2023). Posto isso, torna-se importante analisar as decisões políticas desse período e suas consequências, principalmente, para a área ambiental.

Portanto, esta seção do trabalho tem como objetivo central analisar a ascensão da Nova Direita no cenário político brasileiro e, por meio desse viés, avaliar a política ambiental do governo Bolsonaro durante o período de 2019 a 2022. É fundamental contextualizar e examinar como essa mudança de orientação política impactou diretamente as políticas ambientais, identificando os efeitos, desafios e implicações dessa transformação para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento

sustentável do Brasil. A discussão desse tema se torna essencial não apenas para compreender o presente, mas também para direcionar futuras ações visando à mitigação dos danos já causados.

A NOVA DIREITA NO BRASIL

A utilização de ideologias neoconservadoras e autoritárias para as tentativas de ascensão, ou a ascensão em si, de líderes políticos têm sido uma realidade proeminente no cenário internacional. Essas ideologias estão embasadas em uma retórica discursiva de aspectos ofensivos contra as estruturas democráticas e contra grupos sociais minoritários ao redor do globo (Silva et al., 2021). Diante disso, o avanço gradual dessas perspectivas ideológicas pode ser percebido em diversos países, como na Itália, por meio da atual presidente do conselho de ministros da Itália, Giorgia Meloni, e nos Estados Unidos, a partir do governo de Donald Trump. O Brasil também se encaixa nesse contexto, com uma trajetória que remonta ao Golpe de 2016, marcado pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, e, posteriormente, na campanha eleitoral e subsequente chegada ao poder executivo de Jair Messias Bolsonaro. Esses eventos constituem um capítulo na história recente do país, refletindo o avanço dessas ideologias e suas ramificações no cenário político brasileiro.

O levante de uma nova orientação de ordem política no Brasil, conhecida como a Nova Direita, é o resultado de uma “onda global” de partidos políticos radicais conservadores, assim como de movimentos transnacionais e de ideias do mesmo viés que estão influenciando e transformando o formato das políticas internacionais (Drolet; Williams, 2022). A Nova Direita, ao redor do mundo inteiro, toma variadas formas. Entretanto, esses formatos se conectam ao passo que ela busca a reformulação e a rearticulação do debate público, das ideias e dos conceitos, tendo em vista que esses são instrumentos que permitem com que as pessoas compreendam o mundo ao seu redor. Dessa forma, a Nova Direita vem promovendo uma espécie de fundamentação aos movimentos políticos que são capazes de desafiar a vertente de esquerda da política (Drolet; Williams, 2022).

No Brasil, esse processo de ascensão do eixo discursivo que assinala a formação de uma nova direita esteve consideravelmente atrelado a uma crise de ordem política vista desde as manifestações em favor do processo de impeachment de Dilma Rousseff (Oliveira et al., 2021), inflamado e apoiado pelas camadas mais conservadoras e de direita

da política brasileira, sob a alegação de que a ex-presidente havia cometido crimes de responsabilidade durante seu mandato. Paralelamente a esse período, o Brasil enfrentava uma crise econômica que afetou fortemente o país e, consequentemente, conduziu o Estado a uma crise social marcada pelo agravamento das desigualdades. Diante desse contexto de fragilidade social, política e econômica, os discursos promovidos pela Nova Direita encontraram terreno fértil para ganhar espaço e influência na esfera política nacional, aproveitando-se dessa conjuntura desafiadora para se posicionar e ganhar um lugar na formatação da política.

Logo, a Nova Direita brasileira pode ser caracterizada enquanto uma convergência estratégica entre aquilo que se compreende como conservadorismo moral e o liberalismo econômico (Andrada, 2022). Sendo assim, levando em consideração o enfoque temático deste artigo, o liberalismo econômico ancorado sobre os ideais de “Estado mínimo” e livre mercado se posiciona no cenário internacional e também nacional como uma linha teórica que, na prática, tende a reforçar princípios presentes na lógica de funcionamento do sistema capitalista por meio das ideias de acumulação de capital e mercantilização. Isto posto, o meio ambiente se torna alvo desse processo de mercantilização e começa a ser observado como uma provável fonte de criação de riquezas por parte das classes sociais no poder.

O GOVERNO BOLSONARO

Em 2018, Jair Messias Bolsonaro conquistou a presidência do Brasil por meio do voto popular, vencendo o segundo turno das eleições contra Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), e assumindo o cargo de trigésimo oitavo presidente do país. Seu mandato se estendeu de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022. Inicialmente filiado ao Partido Social Liberal (PSL), Bolsonaro já era uma figura política controversa devido aos seus posicionamentos conservadores, discursos em defesa da tortura e do período da ditadura militar, além de comentários preconceituosos alinhados à extrema-direita. Como líder político, Bolsonaro adotou estratégias que combinavam elementos do liberalismo econômico com estratégias discursivas de base populistas e nacionalistas para guiar o Brasil.

Do retorno do Brasil ao mapa da fome, segundo o “Relatório 2021” da Organização das Nações Unidas (ONU), perpassando por uma alta na inflação até o aumento das desigualdades sociais, o governo Bolsonaro também foi palco de decisões políticas que

afetaram significativamente a questão ambiental, principalmente no que concerne a região da Amazônia. Nesse contexto, o setor do agronegócio desempenhou um papel significativo na ascensão da nova direita na política brasileira (Silva, 2023), uma vertente alinhada aos ideais do governo Bolsonaro, que favorecia e defendia os interesses desse setor.

Portanto, compreender o papel da Nova Direita no avanço da degradação ambiental não se condiciona enquanto uma dificuldade já que, de acordo com Domingues e Bermann (2012), o processo de expansão do que se entende como “fronteiras agrícolas” na Amazônia está intrinsecamente ligado às atividades tanto do setor pecuarista como do setor agrícola. Esse avanço territorial do agronegócio está diretamente associado, por exemplo, ao uso indiscriminado de queimadas como método de limpeza de áreas para a agricultura e a pecuária, resultando em danos ambientais significativos (Silva, 2023).

Diante disso, nota-se que, no governo Bolsonaro, o desmatamento da região amazônica atingiu níveis recordes. Segundo dados divulgados e disponibilizados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o grau de destruição foi o maior dos últimos 15 anos até aquele período (Pajolla, 2023). Dessa forma, vê-se como esse cenário se apresenta enquanto o simples reflexo de uma política ambiental que desconsidera a importância do meio ambiente e o enxerga como um campo para a exploração capitalista.

O próprio Ministro à frente da pauta do Meio Ambiente durante esse período, Ricardo Salles, foi alguém que, em seus posicionamentos, defendeu a exploração da Amazônia, assim como também advogou pela regularização de áreas griladas em benefício do agronegócio, da mineração, do garimpo ilegal e da invasão de terras indígenas (Oliveira, 2021). O ex-ministro do Meio Ambiente também recebeu acusações que o colocavam como um agente que atuava de forma a atrapalhar as investigações realizadas pela Polícia nos casos de extração ilegal de madeira. Diante desse cenário, tanto a incapacidade de preservação do meio ambiente como a falta de uma ação ativa e posicionamentos do governo Bolsonaro no combate aos crimes ambientais na Amazônia se apresentam com clareza.

Um outro ponto que perpassa a questão ambiental no contexto do governo aqui discutido e se demonstra de suma importância é a implementação dos ODS da ONU no Brasil. Como já exposto, os ODS são metas cuja a execução efetiva no território nacional é

algo que só se faz possível a partir de uma mobilização política de integração social, por parte do governo, que reconheça a importância de cada uma delas e busque estratégias para a sua execução. Entretanto, nota-se, por meio dos posicionamentos do governo Bolsonaro, que as políticas ambientais não caminhavam alinhadas a essas metas.

De acordo com o Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, Nilto Tatto, o governo Bolsonaro apresentou problemas no que tange à coleta de informações e ao monitoramento desses objetivos (Haje, 2021). Ele, por exemplo, vetou um artigo único do PL que teria como meta o estabelecimento de um Plano Plurianual do governo, nos períodos de 2020 a 2023, que versava sobre os mecanismos de monitoramento e também questões de avaliação dos ODS (ClimaInfo, 2020). Isso é preocupante, visto que a responsabilidade por essa tarefa recaía sobre a sociedade civil, quando, na verdade, deveria ser uma responsabilidade do governo, especialmente diante da aparente distanciação do país dos ODS (Haje, 2021).

Sendo assim, o Brasil se apresenta em um cenário de urgência no que se refere a questão do meio ambiente visto todo processo destrutivo que se estabeleceu. Entretanto, mesmo diante de tal contexto, há expectativas futuras sobre a reconstrução da política ambiental mediante o retorno de Lula ao cargo de Presidente da República, que coloca essa questão como um assunto de prioridade para seu governo (Maia, 2023).

PERSPECTIVAS FUTURAS

Após a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2022, há uma expectativa significativa em relação às políticas ambientais, especialmente no que diz respeito à proteção ambiental na Amazônia. O contraste entre a gestão de Lula e o governo anterior de Bolsonaro já se faz notável. Quando Lula assumiu a presidência do Brasil em janeiro de 2023, ele deu início a uma série de ações para reverter os danos causados por Bolsonaro ao meio ambiente da Amazônia ao revogar uma longa série de decretos de seu antecessor, substituindo-os por novos decretos que tinham como principais objetivos: restaurar a eficácia dos controles ambientais, assegurar a representação dos povos tradicionais e estabelecer uma nova institucionalidade (Vilani et al., 2023).

Dessa maneira, Lula estabeleceu uma nova institucionalidade amazônica que se faz representada pelo Ministério do Meio Ambiente e da Mudança Climática, o Ministério

dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sob a liderança de três mulheres – Marina Silva, Sônia Guajajara e Joenia Wapichana – cujos históricos envolvem longos anos de engajamento na defesa contra a exploração territorial na região amazônica. Essa decisão atende a uma necessidade antiga de incluir as demandas, vozes, histórias e práticas de gestão da terra dos povos tradicionais nos processos de tomada de decisão (Acseirad, 2004; Zhouiri; Oliveira, 2010).

A perspectiva de uma nova fase para a Amazônia brasileira durante o governo de Lula é promissora, porém é esperada uma resistência considerável do Congresso Nacional, visto que ele é dominado por forças políticas contrárias à agenda ambiental do presidente (Ferrante; Fearnside, 2021; ClimaInfo, 2022). Isso também se reflete nos governos estaduais que abrangem a Amazônia Legal e nos municípios amazônicos, onde o apoio a Bolsonaro e sua política antiambiental é mais forte, sendo, coincidentemente, em locais que há um maior índice de desmatamento (Peres et al., 2023).

Desse modo, forças políticas conservadoras permanecerão coesas e alinhadas com a agenda ruralista de minar a legislação ambiental, enfraquecer os movimentos sociais e apropriar-se de áreas protegidas constitucionalmente (Campos, 2022; Milhorange, 2022). Essas forças incluem a Frente Parlamentar da Agropecuária e a Frente Parlamentar Evangélica (Ferrante; Fearnside, 2019).

Logo, superar as contradições políticas na coalizão governamental de Lula é crucial para o êxito do modelo institucional proposto, visando à proteção dos povos indígenas, à preservação da biodiversidade amazônica e à luta contra as mudanças climáticas. É essencial que a administração de Lula obtenha apoio interno, tanto político quanto social, para a conservação da Amazônia e também a colaboração de entidades internacionais, como as Nações Unidas, para ajudar a conter a violência contínua no território amazônico brasileiro.

Sendo assim, sete elementos poderiam contribuir para reestruturar as ações de conservação na Amazônia: (1) completar a restauração do Fundo Amazônia; (2) incentivar todos os estados amazônicos a criar secretarias especiais para os povos indígenas; (3) reconsiderar grandes projetos de investimento em mineração e agronegócio; (4) revogar as medidas antiambientais de Bolsonaro; (5) estabelecer uma nova institucionalidade com os povos indígenas e comunidades tradicionais como protagonistas; (6) reconstruir a cidadania dos povos amazônicos em prol da conservação das florestas; e, por fim, (7) melhorar o financiamento para os ministérios do meio ambiente e dos povos indígenas e

as políticas associadas (Vilani et al., 2023).

Uma questão crítica presente nesse cenário é se os esforços do governo federal do Brasil serão suficientes para mudar a agenda política interna e enfrentar a enorme força econômica e política dos interesses do agronegócio e da mineração que estão por trás da destruição ambiental ainda em curso. O financiamento internacional e outras formas de assistência são, sem dúvida, necessários, juntamente com disposições para assegurar que os fundos sejam utilizados para interromper o desmatamento e a degradação florestal na Amazônia (Pelicice; Castello, 2021; Vilani et al., 2022). Outras formas de influência internacional essenciais para a mitigação dessa problemática, incluem restrições ambientais por parte de países e empresas que importam *commodities* brasileiras que impactam a floresta amazônica e seus habitantes (Vilani et al., 2023).

Assim, se faz claro que enfrentar esses desafios requer a presença de uma abordagem multifacetada e a colaboração internacional significativa. O sucesso na proteção da Amazônia demandará não apenas esforços nacionais robustos, mas também a cooperação e o comprometimento global de múltiplos atores, a fim de preservar esse ecossistema vital para o planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, faz-se evidente que a ascensão da Nova Direita brasileira, ao aproveitar-se do contexto político, econômico e social de crise no Brasil, exerceu significativa influência na chegada de Bolsonaro ao cargo presidencial, tendo em vista os seus posicionamentos moralmente conservadores e economicamente liberais, assim como também pautou o caminho ideológico seguido nas decisões governamentais da condução do país naquele período.

Sendo assim, no âmbito do meio ambiente, especialmente no território da Amazônia Legal, foi perceptível que o governo Bolsonaro guiou o país sob uma política ambiental marcada pelo descaso, descompromisso e irresponsabilidade. O resultado desse caminho se viu no crescimento do agronegócio, na expansão dos territórios agrícolas, no aumento dos níveis de desmatamento e na não implementação efetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Entretanto, esse cenário encontra perspectivas futuras de modificação com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, mediante o seu histórico político na área ambiental. Todavia, esse não é um caminho sem desafios e fica evidente que ele enfrentará resistência, principalmente dos

Líderes da direita política e dos magnatas do agronegócio.

NOTAS

¹Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: misael.souza@academico.ufpb.br

²Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: ymlp@academico.ufpb.br.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. Conflitos Ambientais no Brasil, pp.13-35, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100004>. Acesso em: 07 nov. 2023.
- ACSELRAD, Henri; FURTADO, Fabrina P.; BARROS, Juliana N.; GIFFONI, Raquel; ASSIS, Wendell F. T. **Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades eletivas**. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, n. 53, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/49961>. Acesso em: 07 nov. 2023.
- ANDRADA, Leonardo S. **Direita, Esquerda, Nova Direita e o Neofacismo Brasileiro**. Revistas Estudos Políticos, v. 13, n. 25, 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/56134/33839. Acesso em: 07 nov. de 2023.
- ARTAXO, Paulo; GATTI, Luciana V.; LEAL, Ana M. Córdova; LONGO, Karla M.; FREITAS, Saulo R. de; LARA, Luciene R.; PAULIQUEVIS, Theotonio M.; PROCÓPIO, Aline S.; RIZZO, Luciana V. **Química atmosférica na Amazônia: a floresta e as emissões de queimadas controlando a composição da atmosfera amazônica**. Acta Amazônia, v. 25, n. 2, 2005, pp.185-196. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0044-59672005000200008v>. Acesso em: 07 nov. 2023.
- CAMPOS, Rodrigo D. E. **Why the far-right will Continue to radicalise in Brazil**. Alternautas, v. 9, n. 2, pp. 253-261, 2022. Disponível em: <https://journals.warwick.ac.uk/index.php/alternautas/article/view/1278>. Acesso em: 07 nov. 2023.
- CASTELLA, Paulo R. **Cronologia Meio Ambiente**. Material Complementar - Ciclo de Palestras: “Resíduos Sólidos”, [s.d.]. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_ambiental/evolucao_historica_ambiental.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.
- CLIMAINFO. **Bolsonaro diz não à Agenda 2030**. ClimaInfo, 2020. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2020/02/20/bolsonaro-diz-nao-a-agenda-2030/>. Acesso em: 07 nov. 2023.
- CLIMAINFO. **Candidatos ao governo dos estados da Amazônia abraçam “boiada antiambiental”**. ClimaInfo, 2022. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2022/09/27/candidatos-ao-governo-dos-estados-da-amazonia-abracam-boiada-antiambiental/>. Acesso em: 07 nov. 2023.
- CLIMAINFO. **Desmonte ambiental: próximo Congresso será ‘mais boiadeiro’ que o atual**. ClimaInfo, 2022. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2022/10/06/desmonte-ambiental-proximo-congresso-sera-mais-boiadeiro-que-o-atual/>. Acesso em: 07 nov. 2023.
- CORREIA, Francis; FIALHO, Edson; ROCHA, Vinicius. **A Amazônia frente às mudanças no uso da terra e do clima global e a importância das áreas protegidas na mitigação dos impactos: um estudo de modelagem numérica da atmosfera**. ACTA Geográfica, Boa

Vista, Ed. Esp. Climatologia Geográfica, pp.31-48, 2022. Disponível em:
<https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/1092>. Acesso em: 07 nov. 2023.

DAVIDSON, Eric A.; ARAÚJO, Alessandro C. de; ARTAXO, Paulo; BALCH, Jennifer K.; BROWN, I. Foster; BUSTAMANTE, Mercedes M. C.; COE, Michael T.; DEFRIES, Ruth S.; KELLER, Michael; LONGO, Marcos; MUNGER, J. William; SCHROEDER, Wilfrid; SOARES-FILHO, Britaldo S.; SOUZA, Carlos M.; WOFSY, Steven C. **The Amazon basin in transition**. Nature, v. 481, 2012, pp.321-328. Disponível em:
<https://doi.org/10.1038/nature10717>. Acesso em: 07 nov. 2023.

DOMINGUES, Mariana S.; BERMANN, Célio. **O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja**. Ambiente & Sociedade v. 15, n. 2, pp.1-22, 2012. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000200002>. Acesso em: 07 set. de 2023.

DROLET, Jean-François; WILLIAMS, Michael C. **From critique to reaction: The new right, critical theory and international relations**. Journal of International Political Theory, v. 18, pp.23-45, 2022. Disponível em:
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/17550882211020409>. Acesso em: 07 nov. 2023.

FARIAS, Carolina. **Relatório da ONU mostra que o Brasil voltou para o Mapa da Fome em 2021**. CNN BRASIL, 2022. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/relatorio-da-onu-mostra-que-brasil-voltou-para-o-mapa-da-fome-em-2021/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

FEARNSIDE, Philip M.. **Deforestation in Brazilian Amazonia: History, Rates, and Consequences**. Conservation Biology, v. 19, n. 3, 2005, pp.680-688. Disponível em:
<http://www.jstor.org/stable/3591054>. Acesso em: 07 nov. 2023.

FERRANTE, Lucas; FEARNSIDE, Philip M. **Brazilian government violates indigenous rights: what could induce a change?**. Die Erde, v. 152, n. 3, pp.200-211, 2021. Disponível em:
<https://www.die-erde.org/index.php/die-erde/article/view/584>. Acesso em: 07 nov. 2023.

FERRANTE, Lucas; FEARNSIDE, Philip M. **Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate**. Environmental Conservation, v. 46, n. 4, pp.261-263, 2019. Disponível em:
<https://www.cambridge.org/core/journals/environmental-conservation/article/brazils-new-president-and-ruralists-threaten-amazonias-environment-traditional-peoples-and-the-global-climate/F5C1E42BF9F6E6BDDB957B87601FC4F7v>. Acesso em: 07 nov. 2023.

HAJE, Lara. **Relatório aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU**. Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/noticias/784354-relatorio-aponta-que-o-brasil-nao-avancou-e-m-nenhuma-das-169-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

IBGE. **Amazônia Legal**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 07 de nov. 2023.

MAIA, Mateus. **Lula critica Bolsonaro e diz que meio ambiente voltou a ser prioridade**.

PODER360, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/lula-critica-bolsonaro-e-diz-que-meio-ambiente-voltou-a-ser-prioridade/>. Acesso em: 07 nov. 2023

MALHI, Yadvinder; ROBERTS, Timmons J.; BETTS, Richard A.; KILLEEN, Timothy J.; LI, Wenhong; NOBRE, Carlos A. **Climate change, deforestation, and the fate of the Amazon**. Science, v. 319, 2008, pp.169-172. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/science.1146961?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori:rid:cr_ossref.org&rfr_dat=cr_pub%20%20pubmed. Acesso em: 07 nov. 2023.

MARENGO, José A. **On the hydrological cycle of the Amazon Basin: A historical review and current state-of-art**. Revista Brasileira de Meteorologia, v. 21, n. 3, 2006, pp.1-19. Disponível em: http://mtc-m16b.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m15@80/2007/04.23.17.52/doc/Marengo_RB_M.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.

MILHORANCE, Carolina. **Policy dismantling and democratic regression in Brazil under Bolsonaro: Coalition politics, ideas, and underlying discourses**. Review of Policy Research, v. 39, n. 6, pp.752-770, 2022; Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/ropr.12502>. Acesso em: 07 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 nov. 2023.

OLIVEIRA, André S. de; LEITE, Breno R. de M.; MARQUES, Rodolfo S. **As novas direitas no Brasil e as estratégias de comunicação política nas mídias sociais**. Em Tese, v. 18, n. 2, pp.245-269, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/78974/47376>. Acesso em: 07 nov. 2023.

OLIVEIRA, Cida de. **Ricardo Salles: 13 fatos que fazem o ministro ameaça ao meio ambiente do planeta**. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/21/ricardo-salles-13-fatos-que-fazem-do-ministro-ameaca-ao-meio-ambiente-do-planeta>. Acesso em: 7 nov. 2023.

PAJOLLA, Murilo. **Com Bolsonaro, desmatamento na Amazônia cresce 150%, pior marca já registrada pelo Imazon**. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/20/com-bolsonaro-desmatamento-na-amazonia-a-cresce-150-pior-marca-ja-registrada-pelo-imazon#:~:text=Entre%202019%20e%202022%2C%20durante,aumento%20foi%20de%20quase%20150%25>. Acesso em: 7 nov. 2023.

PELICICE, Fernando M.; CASTELLO, Leandro. **A political tsunami hits Amazon conservation**. Aquatic Conservation, v. 31, n. 5, pp.1221-1229, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/aqc.3565>. Acesso em: 7 nov. 2023.

PERES, Carlos A.; CAMPOS-SILVA, João; RITTER, Camila D. **Environmental policy at a critical junction in the Brazilian Amazon**. Trends in Ecology and Evolution, v. 38, n. 2, pp.113-116, 2023. Disponível em: [https://www.cell.com/trends/ecology-evolution/fulltext/S0169-5347\(22\)00291-9](https://www.cell.com/trends/ecology-evolution/fulltext/S0169-5347(22)00291-9). Acesso em: 7 nov. 2023.

ROCHA, Humberto R. da; GOULDEN, Michael L.; MILLER, Scott D.; MENTOR, Mary C.; PINTO, Leandro D. V. O.; FREITAS, Helber C. de; FIGUEIRA, Adelaine M. e Silva. **Seasonality of water and heat fluxes over a tropical forest in eastern Amazonia**. Ecological Applications, v. 14, n. 4, 2004, pp.22-32. Disponível em: <https://esajournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1890/02-6001>. Acesso em: 7 nov. 2023.

SILVA, Alessandra F. da. **Amazônia Legal e o negacionismo ambiental no governo Bolsonaro**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247147>. Acesso em: 7 nov. 2023.

SILVA, Ivan H. Mattos e; DI CARLO, Josnei; MICK, Jacques. **Nova Direita no Brasil: Matrizes teóricas, intelectuais e discursivas**. Em Tese, Universidade Federal de Santa Catarina.v. 18, n. 2, pp.10-20, 2021.Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/83850/47344>. Acesso em: 7 nov. 2023.

VILANI, Rodrigo M.; FERRANTE, Lucas; FEARNSIDE, Philip M. **The first acts of Brazil's new president: Lula's new Amazon institutional**ity. Environmental Conservation, v. 50, n. 3, pp.148-151, 2023. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/environmental-conservation/article/first-acts-of-brazils-new-president-lulas-new-amazon-institutionality/6982516886DD4C0B6C3F67ECD97DD247>. Acesso em: 7 nov. 2023.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização**. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, pp. 439–462, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hr24h/19>. Acesso em: 7 nov. 2023.